



Revista Fórum de Direito Tributário - RFDT **Belo Horizonte, ano 13, n. 75, maio/jun. 2015**

Doutrina

Artigos

- ◆ Aspectos polêmicos do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza
Humberto Ávila
- ◆ La protección jurídica del medio ambiente y su reflejo en el ámbito fiscal dentro del ordenamiento jurídico de la Unión Europea. El caso español
María del Carmen Cámara Barroso
- ◆ Tributação dos lucros auferidos no exterior na Lei nº 12.973/2014 e os tratados internacionais tributários celebrados pelo Brasil
Sergio André Rocha
- ◆ Da constitucionalidade do arrolamento fiscal de bens e direitos – Estudo comparativo da legislação em vigor à luz da jurisprudência pátria
Antonio Augusto Bennini
- ◆ Princípio da capacidade contributiva: eficácia para contemplar o poder-dever da administração tributária de fiscalizar, cobrar e executar tributos
Christiano Mendes Wolney Valente
- ◆ A desconsideração da personalidade jurídica em matéria tributária no novo Código de Processo Civil
Gustavo Lopes de Souza
- ◆ Estudo de caso: a formação do polo passivo de medida cautelar fiscal contra grupo econômico de fato
Nadja Araujo

Parecer

- ◆ Mercadorias produzidas ou comercializadas na Zona Franca de Manaus para e com empresa ou pessoas físicas e jurídicas em Manaus são imunes de COFINS e PIS – assim também a prestação de serviços – Inteligência do artigo 4º do DL 228/67 e do artigo 40 do ADCT da Constituição Federal
Ives Gandra da Silva Martins

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Tributário – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Imunidade recíproca – Peculiaridades do serviço postal – Exercício de atividades em regime de exclusividade e em concorrência com particulares – Irrelevância – ICMS – Transporte de encomendas – Indissociabilidade do serviço postal – Incidência da Imunidade do art. 150, VI, “a” da CF/88 – Condição de sujeito passivo de obrigação acessória – Legalidade

◆ Supremo Tribunal Federal

Tributário – Ação Direta de Inconstitucionalidade – ICMS – Concessão unilateral de isenções, incentivos e benefícios fiscais – Reserva Constitucional do convênio como pressuposto legitimador da outorga pelo Estado Membro ou Distrito Federal – Polo industrial do Estado do Amazonas – Produção de “tablets” – Princípio da não diferenciação tributária

◆ Superior Tribunal de Justiça

Processual Civil e Tributário – Violação ao art. 108 do CTN – Contrato de fretamento de aeronave – Art. 133 da Lei nº 7.565/86 – Natureza Jurídica Híbrida – Prestação de Serviço, locação e fornecimento de bem – Retenção dos Tributos Federais na fonte quando do pagamento pela Administração pública federal – Possibilidade – Arts. 64 da Lei nº 9.430/96 e 34 da Lei nº 10.833/03

◆ Superior Tribunal de Justiça

Direito Tributário – IPI – Isenção na aquisição de veículo automotor – Pessoa com necessidades especiais – Lapso temporal de dois anos previsto no art. 2º da Lei 8.989/1995 para aquisição de novo veículo – Exceção que deve ser afastada diante do caso concreto – Veículo roubado – Superação do óbice em prol das ações afirmativas – Recurso especial desprovido

◆ Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Tributário e Constitucional – IPTU – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAE – Imunidade tributária recíproca – Inaplicabilidade – Entidade que explora atividade econômica – Taxa de limpeza pública do Distrito Federal – Inexigibilidade

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Tributário – Conselho Regional de Odontologia do Estado do Espírito Santo – IPVA – Imunidade tributária

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Tributário – IPTU – Notificação por meio da guia de cobrança – Imóveis de propriedade da Caixa Econômica Federal – Inaplicabilidade – Ocupação – Favela – Imposto devido

◆ Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constitucional – Tributário – Entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos – Imunidade – Importação de bens relacionados a suas finalidades essenciais – Art. 150, VI, “c”, da CF/88 – IPI – Imposto de Importação – Atendimento dos requisitos – Art. 195, §7º, da CF/88 – PISimportação e COFINSimportação – Requisitos não preenchidos – Instituição das contribuições por

meio de lei ordinária – Validade – Redação originária do art. 7º, I, da Lei nº 18.865/04 – Inconstitucionalidade parcial – Base de cálculo – Valor aduaneiro